



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico

20ª Reunião do Grupo de Trabalho de Turismo Náutico

18 de junho de 2013

Brasília-DF

Memória da Vigésima Reunião do Grupo de Trabalho sobre Turismo Náutico

1. Identificação da Reunião

Data da Reunião: 18/06/2013	Horário: 09h30 às 17h	Local: Auditório EMBRATUR
Coordenador Técnico do GT Náutico: Wilken Souto		Telefones: (61) 2023-8165
Ordem do dia: <ul style="list-style-type: none">✓ Avaliação da proposta de regimento interno do GT Náutico.✓ Avaliação da redação da nova portaria de instituição do GT Náutico.✓ Discussão da proposta de transferência de competência para o Ministério do Turismo da atribuição de controle de áreas de interesse turístico para fins náuticos.✓ Definição e hierarquização de pautas para o GT Náutico no período 2013/2014.✓ Definição de cronograma de reuniões para 2013.		

2. Identificação do Documento

Relator do Documento: Cristiano Borges	Data de Preparação: 02/07/2013
---	---------------------------------------

3. Participantes da Reunião

Representantes dos órgãos: Abremar, Antaq, Associação Náutica Catarinense para o Brasil (Acatmar), Brasilcruise, BR Marinas, Embratur, Ecoparaná, Fundação Turística Porto Belo, Grupo de Trabalho de Turismo Náutico de Santa Catarina, Instituto Marinas do Brasil, Marina Porto Veleiro de Búzios, Marinha do Brasil, Ministério da Justiça, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho e Emprego, MTur, Prefeitura Municipal de Porto Belo, Píer Mauá, Santa Catarina Turismo, Seatrade, Secretaria de Patrimônio da União/MPOG, Secretaria Especial de Portos, Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Natal/RN, Serviço Social Autônomo Ecoparaná.

Lista de participantes anexa.

4. Síntese da Reunião

A abertura da reunião foi realizada às 9h30 pelo Coordenador-Geral de Segmentação do Ministério do Turismo, Wilken Souto, que explanou brevemente sobre os assuntos propostos para a reunião e passou para o primeiro ponto da pauta: a avaliação da proposta de regimento interno do GT Náutico, previamente submetida aos membros para análise. Foram apresentadas aos presentes as proposições encaminhadas por meio eletrônico. Em relação à proposta de definir no regimento interno os subgrupos componentes do Grupo de Trabalho de Turismo Náutico (GT-Náutico), os presentes a rejeitaram, uma vez que se considerou que os subgrupos de trabalho têm caráter temporário. Todos concordaram que o GT-Náutico não deve ser dividido, o que o enfraqueceria, mas todos ratificaram também que a criação de subgrupos temporários é salutar para uma maior organização do GT-Náutico. Klaus Peters (BR Marinas) sugeriu a criação de um subgrupo para discussão sobre “estruturas náuticas e de recreio”. Cláudio Carneiro (Abreamar), e Alexandre Ferreira (Pier Mauá), defenderam um subgrupo de “cruzeiros marítimos”, ao passo que Wilken Souto (MTur) lembrou a demanda, apresentada na última reunião, de criação de um grupo para discutir uma política para o turismo náutico e o “Plano Nacional de Turismo em Ação – Litoral”. Cláudio do Amaral (Instituto de Marinas do Brasil) e Antônio Carlos (Fundação Turística de Porto Belo) defenderam um subgrupo de “regulação”. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) e Álvaro Ornelas (GT Náutico de Santa Catarina) não viram a necessidade de criação de subgrupos no momento e defenderam que eles fossem instituídos conforme a demanda. Klaus Peters (BR Marinas) considerou que os grupos propostos até o momento estavam baseados em assuntos ou atividades e, em sua opinião, deveria haver apenas grupos por assuntos. Diante disso, foi realizada votação, na qual treze dos presentes defenderam a criação de subgrupos conforme o assunto, havendo dois votos pela criação de subgrupos por atividades e duas abstenções. **Ficou definido que os subgrupos serão instituídos por assunto, conforme a necessidade, em momento futuro, e que serão dissolvidos assim que finalizado o assunto.** Sobre a proposta de redução do número de reuniões ordinárias do GT Náutico para três por ano, ela foi retirada pela Secretaria de Portos, que a havia proposto, permanecendo o regimento com quatro reuniões anuais.

Não havendo mais considerações relativas ao regimento interno (em anexo), encaminhou-se para o segundo assunto da ordem do dia: avaliação da redação da nova portaria de instituição do GT-Náutico. Cristiano Borges (MTur) fez um preâmbulo informando que a proposta de portaria se baseava nas discussões da reunião anterior, quando foi demonstrado não haver clareza em relação a quem compunha o GT-Náutico, já que a portaria que instituiu o grupo em 2009 está desatualizada. Foi informado também que a proposta de nova portaria foi submetida previamente para considerações de todos, mas que, diante das poucas manifestações recebidas, a Coordenação do GT-Náutico optou por discuti-la detalhadamente. Dando prosseguimento, Wilken Souto (MTur) informou que os nomes constantes na portaria são dos membros permanentes do GT-Náutico, o que não impede a realização de convites a entidades, de acordo com o assunto discutido. Alertou, ainda, que o consenso na reunião não implicava, necessariamente, na inserção da entidade na portaria como membro do GT-Náutico, já que todas as entidades definidas deverão ser oficiadas pelo MTur, em momento futuro, para que manifestem seu interesse em participar e para que indiquem membros titulares e suplentes. Em relação aos membros, Márcia Oliveira (MMA) questionou a proposta

feita pela Brasilcruise de designação de dois membros da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento (SPU) como membros votantes, por entender existir uma desproporcionalidade com relação à representação dos demais órgãos. Cláudio Amaral (Instituto de Marinas do Brasil) defendeu o pleito por entender que a SPU é a proprietária das áreas náuticas, é a “dona do terreno”. Rafael Andregueto (Ecoparaná) e Álvaro Ornelas (GT Náutico de Santa Catarina) argumentaram que a designação de um representante não exclui a participação de outros, já que, conforme o assunto, outros membros poderiam ser convidados para as reuniões. **Aberta a questão para votação, oito pessoas foram favoráveis à existência de um representante da SPU e cinco pessoas votaram pela inserção de dois membros da SPU na portaria.** No que se refere ao Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo, que na portaria anterior contava com quatro representantes no GT-Náutico, este número foi reduzido para dois, conforme decisão da maioria, formada por catorze votantes. Sobre a participação da Polícia Federal, que não vem ocorrendo nas últimas reuniões do GT-Náutico, José Esteves (Antaq) relatou como uma das instituições mais importantes para as discussões do grupo, fator reforçado por Cláudio Amaral (Instituto de Marinas do Brasil). Alexandre Ferreira (Pier Mauá) sugeriu a substituição do representante da Polícia Federal por um representante da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – Conportos, geralmente presidida pela Polícia Federal. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) salientou como de fundamental importância a participação do Ministério da Justiça e da Polícia Federal no GT-Náutico. José Borges (Ministério da Justiça) concordou. Procedida a votação, ficou decidida a manutenção de um membro da Polícia Federal e um membro do Ministério da Justiça no grupo. Seis pessoas foram favoráveis à realização de um convite à Conportos para ser membro do grupo, contra quatro pessoas desfavoráveis e seis abstenções, decidindo-se, então, pela realização do convite. Sobre o Ministério das Relações Exteriores, treze pessoas defenderam a sua permanência como membro do GT-Náutico, havendo dois votos em contrário e três abstenções. Em relação ao Ministério da Pesca e da Aquicultura, Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) defendeu que permaneça como convidado do grupo sempre que o assunto em pauta for relacionado às suas atividades. Cláudio Amaral (Instituto de Marinas do Brasil) e Leandro Ferrari (Acatmar) relataram considerar a participação da entidade como importante. Realizada a votação, a inclusão da entidade como membro do grupo foi confirmada pelo voto de quinze dos presentes e rejeitada por dois dos presentes. Sobre a Receita Federal, foi informado que há uma demanda do órgão por sua exclusão como membro, tornando-se convidado eventual. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise), Cláudio Amaral (Instituto de Marinas do Brasil) e Antônio Carlos (Fundação Turística de Porto Belo) consideraram como inadmissível o GT-Náutico não contar com um membro do órgão e sugeriram o **envio de um ofício do MTur para a entidade com vistas a sensibilizar seus dirigentes.** A mesma decisão foi tomada para o caso da Anvisa, que também havia se manifestado tal qual a Receita Federal. Em relação à participação dos estados e municípios no GT-Náutico foi relatado que, embora estados e municípios tenham participado de suas reuniões, eles não constam na portaria vigente. Os presentes decidiram, então, pela inclusão de representantes de GTs Náuticos estaduais oficialmente constituídos, em número a ser definido pelo MTur com base na quantidade de GTs existentes. Marcelo Alvin (Seturde-RN), porém, disse que sentiu falta da participação dos municípios no GT-Náutico, ao que Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) sugeriu a participação dos municípios via Brasilcruise. Por sua vez, Álvaro Ornelas (GT Náutico de Santa Catarina) disse que os GTs estaduais já representam os municípios, tendo a concordância de Rafael Andregueto (Ecoparaná), que acredita que assim se premia os estados que estão se

organizando. Antônio Carlos (Fundação Turística de Porto Belo) solicitou que os municípios sejam convidados para compor os subgrupos, que farão discussões específicas. Evaldo (Prefeitura de Porto Belo) propôs que houvesse a exigência de que o representante do GT Náutico estadual fosse também representante de algum município. Por outro lado, Álvaro Ornelas (GT Náutico de Santa Catarina) revelou que esta decisão cabe ao GT estadual. Após as discussões, ficou mantido o texto: **representantes de GTs Náuticos estaduais oficialmente constituídos**. Em seguida, deliberou-se pela inclusão ou não de um membro representante do Fórum Nacional de Dirigentes e Secretários de Turismo (Fornatur) no GT-Náutico, tendo a maior parte dos presentes votado contrariamente à inclusão da entidade. Passando para a representação de associações, federações, sindicatos e demais entidades de classe do setor náutico, foi informado que a portaria em vigência não especifica quais são essas associações, federações, sindicatos e entidades de classe. A fim de tornar este acesso mais democrático, o MTur sugere a definição desses membros pelo grupo. Alexandre Ferreira (Pier Mauá) questionou de que forma terminais portuários - a exemplo dos terminais do Rio de Janeiro, de Santos e de Ilhabela - que não são representados por nenhuma associação, mas que, historicamente, vem participando do GT-Náutico poderiam continuar a ter assento no GT-Náutico. Rafael Andregueto (Ecoparaná) sugeriu que estas e quaisquer outras empresas, que não tenham representação por nenhuma entidade, sejam representadas no GT-Náutico pelo GT estadual. Leandro Ferrari (Acatmar) apresentou a candidatura como membro do GT-Náutico da Associação Náutica Catarinense para o Brasil, que possui 235 associados, entre estaleiros, marinas, lojistas, pesca, mergulho, de alguns estados do Brasil. Wilken Souto (MTur) sugeriu aos presentes que os representantes dessa categoria sejam definidos em reunião futura, a partir da defesa das candidaturas pelas entidades perante o grupo. **O MTur elencará critérios mínimos para que as entidades se candidatem e as convidará para defesa na próxima reunião do GT-Náutico**. De toda sorte, a maior parte do grupo votou para que estas entidades tivessem oito cadeiras no GT-Náutico, estando três delas já predefinidas, pelo histórico: Abremar, Brasilcruise e Instituto Marinas do Brasil. A definição das cinco demais ficou para a próxima reunião do grupo. Dando sequência, Rafael Andregueto (Ecoparaná) sugeriu a **supressão, na nova portaria, dos “três representantes de operadoras, agentes e empresas privadas de interesse turístico e representativas do setor”**, por considerar que estas entidades devem ser convidadas somente quando houver discussões relacionadas ao mercado. Além disso, estas entidades já não têm participado das últimas reuniões, visto que os assuntos não são afetos a elas. A sugestão foi acatada pelos presentes. Posteriormente, foi abordada a representação de institutos, organizações não governamentais e instituições de ensino atuantes no turismo náutico. Ficou definida apenas a **inserção na nova portaria de um representante de instituições de ensino, a ser definido pelo grupo em momento futuro**. O MTur buscará informações sobre as instituições eventualmente interessadas, a fim de que façam sua defesa na próxima reunião do GT-Náutico e uma seja escolhida pelo grupo. Ficou, assim, definida a portaria tal qual as decisões do grupo.

O Secretário Nacional de Políticas de Turismo, Vinícius Lummertz, abriu a terceira pauta do dia revelando que o Ministério do Turismo foi procurado pela Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para verificar o interesse e a possibilidade de transferência de competência para o MTur da atribuição de controle de áreas de interesse turístico para fins náuticos. O secretário propôs que o GT-Náutico fizesse parte desse processo, para que este seja um trabalho conjunto. Reinaldo Reidorat (SPU) esclareceu que o Decreto 5300 estabelece que os municípios são os responsáveis pela gestão do espaço litorâneo, com o apoio da SPU – responsável pela administração do mar, praia, terreno de marinha e acrescido de marinha -, do MMA e do

MTur. Assim, a SPU está solicitando que o MTur participe, uma vez que vem sentindo falta do componente turístico nessas discussões e que existem conflitos de usos nesses espaços. Afirmou, ainda, que quando há o Projeto Orla presente no município, as discussões que envolvem a gestão do espaço ocorrem no seu âmbito, mas quando ele inexistente a União fica com sua atuação dificultada. De acordo com ele, a proposta, portanto, é passar a gestão dos espaços para o MTur, para que ele atue em conjunto com a SPU, já que não compete à SPU dizer se determinado empreendimento que está ocupando um espaço da União é turístico ou não, compete ao MTur e ao GT-Náutico. Asseverou, ainda, que o MTur tem condições de avaliar se um empreendimento que hoje ocupa indevidamente área da União e que fez investimentos nesta área deve ser regularizado ou não. E concluiu: “o que deve ser discutido aqui é a conveniência e a oportunidade de passar a gestão dessas áreas [litorâneas] para o Ministério do Turismo e o GT- Náutico”. Para discutir os pontos fortes, pontos fracos e como operacionalizar a questão em pauta, os presentes foram divididos em três grupos. Após os trabalhos, cada grupo fez uma apresentação e foram discutidos os pontos mais polêmicos. O resultado dos trabalhos é o apresentado em anexo. Por último, Reinaldo Reidorat (SPU) se comprometeu a enviar uma minuta do decreto de transferência de competência da SPU para o MTur por e-mail aos os representantes do GT-Náutico.

Chegando ao término da reunião, Wilken Souto (MTur) fez um resumo dos avanços obtidos, bem como dos compromissos assumidos pelo grupo naquele dia. Como encaminhamento, afirmou que o MTur enviaria as versões finais do regimento interno e da portaria, assim como a presente ata e os ofícios requerendo as indicações de titular e suplente a cada instituição constante na nova portaria do GT-Náutico. Ressaltou, ainda, que os dois últimos temas propostos para a reunião não foram discutidos em razão do tempo escasso. Assim, o MTur assumiu o compromisso de enviar aos presentes por e-mail a solicitação de temas a serem discutidos no âmbito do GT-Náutico, para que a hierarquização de pautas seja feita a partir da contribuição de todos, logo no início da 21ª reunião do GT-Náutico. O MTur ficou, ainda, de propor datas para reuniões do GT-Náutico no período 2013/2014 e submetê-las aos componentes do grupo. Finalmente, Wilken Souto (MTur) encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

5. Encaminhamentos

Nº	Encaminhamento	Responsável	Data	Status
01	MTur enviará ofício a todas as entidades do GT-Náutico, solicitando a indicação de titular e suplente.	DEAOT/MTur	Antes da 21ª Reunião GT-Náutico	
02	Subgrupos serão instituídos por assunto, conforme a necessidade, em momento futuro, e que serão dissolvidos assim que finalizado o assunto.	GT-Náutico	-	
03	Definir critérios mínimos para que entidades se candidatem ao GT-Náutico e enviar convite para que defendam suas candidaturas.	DEAOT/MTur	Antes da 21ª Reunião GT-Náutico	

04	Levantar instituições de ensino que trabalhem com o tema Turismo Náutico e convidá-las a defenderem uma candidatura no GT-Náutico	DEAOT/MTur	21ª Reunião GT-Náutico	
05	Levantar GTs estaduais que trabalhem com o turismo náutico e estejam oficialmente constituídos e fazer convite para que componham o GT-Náutico	DEAOT/MTur	Antes da 21ª Reunião GT-Náutico	
06	Solicitar aos participantes o envio de pautas para 2013/2014 a serem discutidas no GT-Náutico	DEAOT/MTur	Antes da 21ª Reunião GT-Náutico	
07	Publicar nova portaria do GT-Náutico	MTur		
08	Enviar versão final do regimento interno para membros do GT-Náutico	DEAOT/MTur	Antes da 21ª Reunião GT-Náutico	
09	Enviar ofício à Receita Federal, Polícia Federal e Anvisa informando da importância de participação dos órgãos nas discussões e solicitando indicação de membros	DEAOT/MTur	Antes da 21ª Reunião GT-Náutico	
10	Definir cinco representantes de associações, federações, sindicatos e demais entidades de classe do setor náutico para comporem o GT-Náutico	GT-Náutico	21ª Reunião GT-Náutico	
11	Definir e hierarquizar pautas a serem discutidas pelo GT-Náutico em 2013/2014	GT-Náutico	21ª Reunião GT-Náutico	
12	Enviar uma minuta do decreto de transferência de competência da SPU para o MTur aos representantes do GT-Náutico.	Reinaldo Reidorat	Antes da 21ª Reunião GT-Náutico	
13	Propor datas para reuniões do GT-Náutico no período 2013/2014 e submetê-las ao GT-Náutico.	DEAOT/MTur	Antes da 21ª Reunião GT-Náutico	

Lista de Presença

NOME	ÓRGÃO	EMAIL	TELEFONE
Antônio Carlos Lopes	Fundação de Turismo de Porto Belo	presidente.funtur@portobelo.sc.gov.br	(47) 7812 4089
Alexandre Gomes Ferreira	Pier Mauá	alexandre.gomes@piermaua.com.br	(25) 2516-2658 (25) 7893-5584
Álvaro Ornelas	GT Nautico SC Assoc. Náutica Catarinense para o Brasil	ornelas10@gmail.com ; gtnautico@acatmar.com.br	(48) 9111-3933
Carlos Bandeira Stampa	Marina Porto Veleiro de Búzios	estampa@hotmail.com	(21) 7835-2196
Carlos Eduardo	Brasilcruise	presidencia@brasilcruise.com.br	(22) 2623-2470 (22) 9833-0624
Cláudia Maria	SEATRADE	claudia@seatrade-global.com	(22) 7814-8980
Cláudio Carneiro	Abremar	claudio@abremar.com.br	(11) 3337-5000
Cláudio Brasil do Amaral	Instituto Marinas do Brasil		(48) 9972 2077
Cristiano Borges	Coordenação-Geral de Segmentação/MTur	cristiano.borges@turismo.gov.br	(61) 2023 8166
Evaldo Guerreiro	Prefeitura de Porto Belo	prefeito@portobelo.sc.gov.br	(47) 9216-2613
Giovanni Voltolini	P.M Porto Belo	giovanni.voltolini@gmail.com	(61) 9973-0752
João Mendes da Rocha	Secretaria Especial de Portos	joao.mendes@portosdobrasil.gov.br	(61) 3411-2835
José Augusto Tomé Borges	Ministério da Justiça	jose.borges@mj.gov.br	(61) 2025-9600
José Esteves	ANTAQ	jose.rabello@antaq.gov.br	(61) 2029-6692
Klaus Peters	BR Marinas	cacau@brmarinas.com.br	(24) 7812-4089

NOME	ÓRGÃO	EMAIL	TELEFONE
Leandro Ferrari	Assoc. Náutica Catarinense para o Brasil	presidencia@scatmar.com.br	(48) 9971-5761
Lorena Dantas	Brasil Cruise	lmrdantas@hotmail.com	
Marcelo Alvin	SETURDE-RN	maralvim@gmail.com	(84) 3232-9065 (84) 8815-6550
Marcelo da Silva Coelho	Marinha do Brasil	coelho@dpc.mar.mil.br	(21)2104-5207
Márcia Oliveira	MMA/DZT	marcia.oliveira@mma.gov.br	(61) 2028-1160
Péricles	Marinha do Brasil	pericles@dpc.mar.mil.br	(21) 2104-5207
Rafael Andreguetto	Serviço Social Autônomo ECOPARANÁ	rafael@ecoparana.pr.gov.br ; rafael@rcplanejamento.com.br	(41) 3213-2700
Reinaldo Redorat	Secretaria de Patrimônio da União	reinaldo.redorat@planejamento.gov.br	(61) 2020-1676
Salomar Mafaldo	MMA	salomar.mafaldo@mma.gov.br	2028-1490
Valdir Lewandowski	SANTUR	presi@santur.sc.gov.br	(48) 3212-6303
Victor Toniolo	EMBRATUR	victor.toniolo@embratur.gov.br	2023-8635
Vinicius Lummertz	Secretário Nacional de Políticas de Turismo/MTur	vinicius.lummertz@turismo.gov.br	(61) 2023 7701
Wilken Souto	Coordenador Geral de Segmentação/MTur	wilken.souto@turismo.gov.br	(61)2023 8190

Anexo: proposta de transferência de competência da SPU para o Ministério do Turismo da atribuição de controle de áreas de interesse turístico para fins náuticos

Sistematização das sugestões dos subgrupos organizados durante a reunião

COMO OPERACIONALIZAR	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
1. Definir um fluxograma para atendimento dos pleitos (com procedimentos e responsabilidades de cada órgão envolvido no processo)	1. Poderá fortalecer o planejamento espacial (territorial)	1. Inexistência de um fluxo único e processo definidos nas várias instâncias que analisarão os pleitos
2. Realiza um diagnóstico 3. Elabora um Plano de ordenamento Náutico, integrado com o Projeto Orla , Plano de Uso e Ocupação e Plano Diretor (esferas estadual e municipal)	2. Poderá dar mais objetividade no processo e nos critérios de concessão	2. Falta de documento único de aprovação
4. Valida com GT estadual ou GT municipal	3. Poderá agilizar os processos de cessão e regularização das áreas	3. Gestão política (muitas mudanças no ministério e alternâncias ideológicas) prejudicando ou paralisando a continuidade do processo
5. GT Nacional e GI Gerco referenciam (GI seria a instância superior em casos de Conflito)	4. A centralização das demandas de turismo no MTur, poderá facilitar o diálogo com os interessados pelos pleitos	4. Falta de capacidade técnica do MTur para lidar com este assunto
6. MTur realizada Chamada Pública e a gestão do processo e das áreas concedidas	5. Poderá fortalecer o Projeto Orla	5. Excesso de Burocracia e de atores no processo, dificultando os trâmites